

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Ivo Som

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resolução de Afastamento nº 742/2013	02
EXPEDIENTE	Atos Legislativos	
	Ata da 2264ª Sessão Ordinária - Íntegra	02
	Ata de Reunião da Comissão Especial Externa - Resolução Nº 052/13	07

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS LEGISLATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 742/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **Robson Nunes Guimarães, Matrícula 012095 e João Paulo de Carvalho Silva, Matrícula 011410** para viajarem com destino a cidade de Rorainópolis-RR, no período de 26.12 a 28.12.2013, onde farão visita técnica junto à Câmara Municipal daquele Município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de dezembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2264ª SESSÃO, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA

Às nove horas do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima sexagésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Suspendo a leitura da Ata por problemas técnicos na elaboração, adiando para a próxima Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Memorando nº 037/13, de 09/10/13, do Deputado Erci de Moraes, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 26/11/2013.

Edital de Convocação nº 002/13, da Comissão Especial, Externa criada por meio da Resolução nº 038/13, convocando para reunião, a realizar-se às 15h do dia 27 de novembro, na sala de reuniões.

EXTERNOS:

Ofício nº 53/13, de 22/11/13, da Liga Roraimense de Combate ao Câncer, viabilizando aprovação de Emenda Parlamentar da Comissão de Orçamento para o exercício Financeiro de 2014, em favor da Liga Roraimense de Combate ao Câncer, conforme anexo.

- Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Procedida à chamada).

O Senhor Deputado **Ivo Som** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, funcionários desta Casa, bom dia a todos. Senhor Presidente, anunciei nesta Casa, a questão do voto aberto e fiz questão de deixar para falar um pouco hoje, pois ontem aconteceu a solenidade de entrega de medalhas à Polícia Militar. Tenho aqui, em minhas mãos, todos os relatórios que tratam do voto aberto no Senado e na Câmara Federal. E, ontem, mais uma vez, foi deliberada a votação com a assinatura daqueles parlamentares, que representam o Brasil. Se olharem em qualquer site dos Senadores e Deputados Federais, verão que a grande maioria se manifesta pelo fim do voto secreto, pois dos mais de 80 Senadores, mais de 70 são favoráveis ao voto aberto. Vou ler alguns trechos de depoimentos de Senadores em redes sociais. Tenho aqui o depoimento de um Senador de Pernambuco: “Se chegou a hora de termos a oportunidade, de termos o nosso voto para que a sociedade nos acompanhe, como representante do povo, saber quem somos nós, por que não votar em voto aberto?”

Tenho outro depoimento: “Chega de empurra-empurra, a hora é essa, voto aberto já!”

Tenho aqui o depoimento de um Senador do Amazonas que diz o seguinte: “Na Assembleia já temos o voto aberto”.

Outro depoimento de um Senador: “Quero parabenizar a maior corte Legislativa deste País, do qual o voto aberto não só foi aprovado, mas, também, para cassação, de colegas, onde ninguém pode mais bater nas costas de um amigo e na hora, trai-lo. Agora, sim, o voto aberto está aí para que a sociedade brasileira possa enxergar até para a cassação de mandato”.

Estou relatando mais uma questão do voto aberto. Falei na semana passada e fui aparteado pelo Deputado Ionilson, que pediu para analisarmos melhor o projeto, para nos aprofundarmos sobre quais itens poderíamos votar fechado ou aberto. Foi graças a sua intervenção que fomos a outros Estados e fizemos a PEC, assinada pela maioria dos Senadores e Deputados. O projeto se encontra no CCJ e, houve algum erro no meu projeto ou na PEC, mas vocês podem apresentar emendas. Eu faço questão de assinar, não há orgulho em dizer que o projeto é só de minha autoria. Eu quero convidar todos os Deputados porque, se for preciso, quero assinar com todos os Deputados novamente, para que o projeto seja de todos. Mas não podemos deixar de votar esse projeto, porque esse é o anseio da sociedade pelo Brasil afora. Então, eu quero aqui, por questão de justiça, mais uma vez falar do voto aberto. Quero parabenizar a Senadora Ângela Portela, pois tenho certeza de que votou favorável ao voto aberto, assim como o Senador Romero Jucá, pois ouvi a entrevista dele. Quero pedir que possamos juntos seguir o exemplo do Senado Federal, da Câmara Federal e de outras Assembleias. Eu creio que o voto aberto dará mais transparência, mais dignidade, mais respeito a nós, que, com certeza, quando formos pedir voto, no próximo ano, poderemos dizer: o projeto do voto aberto não é do Ivo Som, pois foi aprovado pela maioria dos Senhores Deputados, portanto, é um projeto da ALE. Se quiserem propor alguma emenda, estou de braços abertos. Também clamo que seja votado o Projeto Tribuna Popular, de autoria do Deputado Mecias de Jesus, para que a sociedade tenha o direito de, uma vez por semana, usar esta Tribuna e expor seu pensamento, discutindo com esta Casa os projetos que aqui tramitam.

Quero citar aqui a fala do Senador Romero Jucá: “Infelizmente chegamos a esta votação e eu como vice-presidente do Senado já pedi a esta Casa que proclamasse e fosse assinado”. Votaram separadamente, a parte do texto da PEC, o qual foi aprovado unanimemente pela maioria do Senado Federal. O texto dizia também que o voto seria acima de tudo uma demonstração à população brasileira que se esconde atrás do voto

secreto, pois a população quer participar. O Presidente do Senado disse: eu me ative a muitos momentos importantes neste Senado, mas hoje, estou de alma lavada mostrando que o Senado cumpriu seu papel com a sociedade, de fazer valer rigorosamente o voto aberto, inclusive para cassação de mandatos. Então, isso não sou eu quem está dizendo. Semana passada até comentei sobre a reunião dos Senadores, na qual estavam quase todos, conforme disse Renam Calheiros: “fiz a primeira chamada e faltavam apenas seis Senadores no Plenário. Na segunda chamada, todos estavam presentes, 58 votos.” Quero deixar bem claro que se fosse um mero projeto, se quisessem se esconder atrás do voto secreto, ninguém teria ido lá, votar. É a maior corte legislativa do País. Está aqui, foram 58 votos. Dentre 62 presentes, somente 4 Senadores votaram contra. Quero finalizar, dizendo apenas que o Senado aprova voto aberto para todas as instâncias daquela Instituição. Quero pedir, mais uma vez, à presidência desta Casa que coloque o projeto de minha autoria para que seja apreciado o mais rápido possível, conforme exemplo de outras Casas legislativas do Brasil. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Ionilson, Deputada Aurelina, queria que os Senhores prestassem atenção no que vou trazer agora. Foi publicado no dia 06 de dezembro de 2011, a lei 832.

A Lei 832 é recente, ela foi encaminhada para este poder pelo próprio Governador, mas quem a aprovou, Deputado Ionilson, foi os membros que compõem o Poder Legislativo nesta legislatura. Quero que os Senhores observem o que diz a referida lei. Ela diz que o Diretor Presidente do IPER deve ser bacharel, qualquer bacharelado; o Diretor Administrativo deve ter bacharelado, o Diretor de Previdência também deve possuir o terceiro grau, ser bacharel. Além destes, a mesma exigência é feita para diretor de finanças e Consultor Jurídico, este com registro profissional. Agora, vejamos os cargos de chefe. O Consultor Chefe de Planejamento também deve ser bacharel com registro profissional; o Consultor Jurídico Adjunto deve ter nível superior, assim como o Chefe de Controle Interno. O gerente de unidade tem que ter nível superior. Então, o Presidente da CPL tem que ter nível superior, o Assessor Especial tem que ter nível superior, o membro da CPL tem que ter nível superior. Portanto, Vossas Excelências, observem que todos os cargos de chefia, dependente da hierarquia da Lei 832 tem que ter nível superior. Essa lei foi enviada pelo Governador e, 2011, aprovada por este Parlamento. Pois bem, nada contra o ex-deputado Barac Bento, é um homem de bem, honrado, sério, mas eu entendo que uma lei não pode ser feita para uma pessoa. Uma lei é impessoal, a lei é para reger um sistema no qual todos nós pertencemos. Portanto, a lei é social, ela tem um caráter sociológico e por isso tem um espírito de universalidade.

Pois bem, como acabei de mostrar, até para membro da CPL se exige, na lei 832, nível superior. Agora estamos sabendo com a mensagem governamental que o Presidente do IPER não precisa mais ter nível superior, ele pode ter, preferencialmente, nível superior ou experiência em administração pública. Mas se fosse só o Diretor-Presidente, poderia dizer-se: “não, o Diretor Presidente está aqui, ele pode ser assessorado por quem tem nível superior”. Acontece que estão deixando de exigir nível superior para todos os cargos comissionados do IPER, mas, por exemplo, para Diretor-Administrativo, Diretor de Previdência (área melindrosa) e Diretor de Finanças (também uma área melindrosa) o nível superior fica como quesito, uma vez que basta ter experiência em administração pública. Quando se comentou, imaginei que viesse para cá uma lei para alterar somente a condição intelectual ou de formação do diretor-presidente. Mas a mesma condição se estende aos demais cargos de diretoria do IPER.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Deputado Flamarion Portela, Senhoras e Senhores, Senhor Presidente, quero aqui louvar o pronunciamento de Vossa Excelência e dizer que de maneira insistente este governo tenta desconstruir o nosso Estado. Veja bem, a educação é um direito fundamental do cidadão brasileiro, o sonho de nós, país, é ver os nossos filhos formados. Nós nos esmeramos anos a fio para ver um filho com nível superior para que ele possa alcançar um cargo pública, e atingir o topo de uma carreira, pois sabemos que seria exigido para isso o nível superior. Aí vem o Governo do Estado que fala em educação, que diz investir em educação. A Secretária de Educação diz em rádio que seus alunos são péssimos, enfim, comentários pequenos para com a educação do nosso Estado, mas agora vimos aqui uma falta de respeito com aquelas pessoas que às vezes tiram do alimento para investir em educação. Qual é a falta de respeito? A falta de respeito que eu quero dizer a Vossa Excelência, nada contra as pessoas que ocupam esses cargos, nem sei quem são, só conheço por nome, mas, vejam só: as pessoas que estudam almejando um cargo desse, qual é a motivação que vão ter para continuarem estudando, se qualificando, se o Governo do Estado manda

para Assembleia Legislativa uma lei dizendo que não precisa mais ter nível superior para ser secretário de Estado, ou outro cargo equivalente, como Presidente do IPER? Então, veja bem, esse ano não precisa ter nível superior para assumir o primeiro, segundo ou terceiro escalão do governo, daqui a quatro anos não precisará nem ter o segundo grau, se duvidar, daqui a pouco o analfabeto vai poder assumir uma função pública e onde é que vamos parar? É uma desconstrução o que está acontecendo, esta Casa não pode aceitar isso.

Veja bem, as pessoas que quiserem crescer, estudem, porque é sim requisito para lidar com recursos públicos, para trabalhar e desempenhar uma função que atenda as demandas da nossa sociedade. Ter um nível superior é o mínimo que se pode exigir do presidente de uma instituição como o IPER, que lida com milhões, até bilhões de reais do nosso contribuinte, ou seja, do nosso funcionário estadual.

Quero dizer a Vossa Excelência que até antecipo o meu voto se for para votação. Eu não voto a favor de uma desconstrução de maneira alguma.

Parabéns para Vossa Excelência por estar atento a este fato e por todos os demais assuntos trazidos a esta tribuna.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** – Deputado Flamarion, quero inicialmente agradecer pelo espaço que Vossa Excelência me concede e divergir um pouco da opinião apresentada pelo Deputado Brito. Acho que o Substitutivo aqui apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em relação ao IPER deve sofrer algumas alterações naturais dentro da Assembleia Legislativa. Essa parte estrutural a que Vossa Excelência se referiu seria a calda do processo a qual devemos conservar na proposta original. Agora, não é correto usurpar o direito de um cidadão que foi prefeito desta cidade, foi gerente do Banco do Brasil, foi quase eleito Senador da República, eleito Deputado Estadual por duas legislaturas, um homem que tem uma folha de serviços prestados neste Estado, é formado em matemática, e dá aula para o ensino médio. Você dizer que um homem desse não está preparado para ocupar uma posição de destaque, um cargo de confiança do Chefe do Poder Executivo é estar negando o direito de uma autoridade constituída, eleita pelo povo. O ex-deputado Brac Bento é um homem de credibilidade neste Estado, é responsável, tem uma folha de serviços prestados e não tem uma mácula na sua gestão, apesar de já ter sofrido perseguições políticas num passado bem recente. Ele tem sido sem dúvida, uma pessoa importante. Apresentou um trabalho bellissimo à frente do IPEM e agora não será diferente à frente do IPER. Com relação à colocação proferida por Vossa Excelência, quero lembrar que na Presidência da República houve um Presidente que sequer concluiu o ensino médio, mas teve uma avaliação popular positiva de 85%, um recorde na história do Brasil e da América Latina, superando até o Presidente dos Estados Unidos em termo de popularidade. Luiz Inácio Lula da Silva ocupou o cargo de Presidente e foi mais bem avaliado pela opinião pública deste país, foi eleito sem ter formação superior, escolheu os Ministros do Supremo e muitas outras autoridades para representar e apontar o dedo no futuro e no rumo deste país. Portanto, quero abrir uma divergência com relação ao que foi apresentado pelo Deputado Brito e dizer que defendo o nome do ex-Deputado Barac Bento. Com relação aos outros, concordo plenamente que nós devemos deixar a Lei como está, mas com relação à figura do Barac Bento, por ser um cargo de confiança, não podemos negar-lhe o direito, pois é um homem que tem uma história de serviços prestados. Essa é a minha posição. Obrigado!

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. Obrigado, Deputado Jalser. Concedo aparte ao Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Deputado Flamarion, a minha linha de raciocínio vem se juntar com a linha do Deputado Jalser. Diante da série de problemas pelos quais o IPER passou nesses últimos tempos, com denúncias e mais denúncias que estão sendo apuradas pelos órgãos de fiscalização. É de se estranhar que a Mensagem Governamental tenha vindo com intuito de afrouxar esse controle. Acho que poderia ter um rigor maior, já que tratamos de dinheiro dos servidores. Um dos motivos de o IPER estar nessa berlinda, se não foi má fé, foi falta de conhecimento das pessoas que estavam lá para fazer as aplicações financeiras, e deu no que deu. Se afrouxarmos, será que não vai ser pior? Acho que essa pergunta a Assembleia Legislativa vai fazer e, com certeza, entendo que a maioria dos colegas é responsável, tendo o devido cuidado de não deixarmos isso ir por esse caminho. Com relação à figura do Presidente do IPER, além de ser responsável, tem representatividade política e administrativa. Não considero isso um casuísmo em relação ao Barac Bento, mas, em relação aos outros diretores, não vejo razão nenhuma para o Poder Executivo querer mudar o que já dizia a Lei 832. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Deputado Flamarion, o Ex-Deputado Barac Bento administrou o município de Boa Vista de forma idônea, trabalhou no Banco do Brasil, tem curso superior, portanto, acho que, pela sua experiência e histórico, tem capacidade

de administrar o IPER, ao contrário daquele que passou por lá, o qual não era bem intencionado, mesmo tendo uma formação de nível superior. Agora, acho que a legislação deve ser cumprida, não pode retroagir, tem que avançar, e ser aprimorada para que o IPER não caia de novo em mãos de pessoas que vão brincar de mercado financeiro com o dinheiro dos outros.

O Senhor Deputado **Flamaron Portela** continua. Agradeço os apartes dos Deputados Ionilson e Naldo da Loteria e encerro meu pronunciamento. Obrigado!

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Eu resolvi vir à Tribuna hoje para fazer uma espécie de reflexão sobre o nosso papel na Assembleia Legislativa. Confesso que fomos surpreendidos, porque começamos hoje com a fala do Deputado Ivo sobre a importância do voto aberto, bandeira que ele defende bastante nesta Casa. Existem outras questões na política que vão além da linha eleitoral a que estamos acostumados, mas, felizmente, mesmo a passos lentos, estamos vendo o país avançar. Não é só a briga dentro das quatro cordas em época de eleição, não podemos viver eternamente esperando as eleições para ver se vamos nos eleger ou não. Os grandes problemas que afligem a sociedade, sentidos no dia a dia nos sentimos impotentes em trazer pelo menos para o debate nesta Casa. Temos debatido muito pouco os problemas que deveríamos estar debatendo. Estamos com a Peça Orçamentária para analisar, uma Peça como sempre complexa, que o Poder Executivo nos envia num tempo relativamente curto para análise. A grande maioria de nós e eu me incluo também, poucos sabem analisar esse orçamento, por ser uma coisa técnica, e assim tem sido ao longo dos tempos. Desde que a Assembleia Legislativa foi instalada neste Estado, pouco se discute o orçamento, pouco se debate com a sociedade para saber quais são os seus anseios, as suas mazelas, em que efetivamente nós poderemos colaborar. Recentemente, foi aprovado o orçamento impositivo na Câmara Federal. Por que não podemos abrir o debate nesta Casa a esse respeito? Por que não podemos a partir de amanhã começar a debater de forma clara e objetiva uma nova maneira de se fazer política nesse Estado? A questão do orçamento impositivo, por exemplo. Eu não gosto muito do termo impositivo porque acho que qualquer coisa que é impositiva não é muito boa, mas, pelo menos devolveria um pouco às Assembleias Legislativas o seu poder de legislar, de poder apontar quais as prioridades, de o Parlamentar poder dizer onde estão as deficiências e fazer valer o seu poder legiferante. Não fazemos nada a respeito disso, ficamos nos engalfinhando, com grupo político para cá, pra lá, apenas pensando tão somente na manutenção do poder e dos nossos mandatos eletivos. Enquanto isso se aprofunda as diferenças sociais no nosso Estado, a crise na saúde, na educação. E cadê os debates na Assembleia Legislativa? Estamos efetivamente trazendo para dentro desta Casa aquilo que deveríamos estar discutindo? O momento é agora, pois estamos com a peça orçamentária para ser analisada. Eu vou trazer a esta Casa, começando hoje, a necessidade de pensarmos, em debater o orçamento impositivo nessa Casa, não sei se serão só as emendas parlamentares, mas vamos trazer a partir de terça-feira de modo que possamos recuperar pelo menos um pouco do poder legiferante que a Assembleia há muito tempo perdeu, assim como a Câmara Federal, desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. Eu acho que esse é o momento ideal para começarmos a pensar em alguma coisa nova em termos de se fazer política neste Estado. Discutir os problemas da sociedade vai nos fortalecer. Independentemente da questão da emenda individual, transforma os desiguais em iguais a partir do momento em que o Parlamentar faz indicação e o Poder Executivo cumpre. Qual é o modelo hoje? Não desse governo, mas desde a constituição de 88? Quem é amigo do governo, tem seus pleitos atendidos, quem não é, vira cachimbo. Acredito que a Câmara Federal cansou desse modelo, pois transforma Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais em despachantes de luxo, que vivem atrás de serem atendidos aqui, acolá. Se cair na graca do governo de plantão é atendido, senão, não vê nada durante os quatro anos. Que modelo é esse de política que estamos vivendo? Eu acho que é o momento de trazermos essa discussão para a Assembleia Legislativa, seguindo os exemplos da Câmara Federal e do Congresso Nacional, que têm avançado, pois esse é um pleito da sociedade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Quero parabenizar Vossa Excelência pela chamada que faz neste momento deste Parlamento, para os nossos Pares façam um debate aberto com a sociedade, não um debate individual, pessoal, de grupos, mas de projetos, ideais para o nosso Estado. Não poderia me calar. Depois de ouvir Vossa Excelência com tão brilhante ideia, colocada de forma clara e objetiva, o que não poderia ser diferente, pois Vossa Excelência é um Parlamentar comprometido com este Estado e eu me uno a Vossa Excelência. Temos aí, independente do orçamento, grandes causas para serem discutidas entre nós, não só na Tribuna, mas nas reuniões de comissões, nas quais todos deveriam se debruçar de fato, independente da cor partidária ou do lado de quem defende um projeto de todos nós para a saúde, educação, agricultura, pecuária, comércio, geração

de emprego. Esse debate é urgente e necessário. Às vezes esta Casa pára em função de um caso pessoal, específico e todos os outros ficam dormindo em berço esplêndido. É necessário que a gente se avolme no sentido de debater grandes causas para este Estado. O orçamento esta aí, essa é uma grande oportunidade para começarmos a debater, por exemplo, o que tem no orçamento para saúde e se o que está lá é realmente suficiente, bem como debatermos juntos, independente da paixão por partido A ou B, a educação, saúde, agricultura e geração de emprego. Quero voltar um pouco no debate que antecedeu com relação à Lei do IPER. Acho a Lei totalmente casuística, está sendo modificada especificamente para colocar o Barac, mas pelo santo a gente beija as pedras. Acho que o Barac, sem dúvida nenhuma, independente do lado político em que esteja, é preferível lá, mesmo que fosse analfabeto. Melhor que um santo ladrão, unindo todo nível superior que tivesse. Vou votar a favor da Lei, especificamente, por causa do Barac, pois é uma pessoa que, sem dúvida nenhuma, merece crédito de todos, não só por ter sido Deputado, mas porque o passado dele o credencia para qualquer cargo nesse Estado. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado Ionilson, nesses quase três anos de parlamento e experiência nesta Casa, posso lhe afirmar com toda tranqüilidade que não tinha visto um discurso tão coerente, salutar, como este pronunciado por Vossa Excelência, um assunto do meu ponto de vista muito relevante, bem colocado, e não estou aqui para fazer média com Vossa Excelência. Tenho formação política, inclusive, uma das primeiras iniciativas minhas ao chegar nesta Casa foi fazer uma indicação ao Chefe do Executivo para construirmos um orçamento participativo. Temos discutido nesta Casa os volumes, montes de recursos que têm neste Estado, para os quais está faltando gestão, que está errada desde a construção do orçamento que nada mais é do que uma cópia do anterior, pois os orçamentos aprovados nesta Casa e encaminhados ao Executivo vêm até com os erros de ortografia, como já constatei, e nem sou especialista em ortografia. Foi excelente também a Vossa abordagem no tocante à questão das emendas parlamentares, que, na verdade, são um balcão de negócios, ferramentas toma-lá-dá-cá, isso é no Brasil todo e nesta Casa também. Não importa para onde vá, quem vai ser atendido pela emenda, o que vale é quem está levando, se é ou não agraciado, apadrinhado pelo governo. Fico feliz pela sua contribuição, espero que os colegas absolvam essa mensagem para que possamos construir realmente um orçamento participativo, ouvindo a sociedade, esta Casa, o executivo. Quem deve ser o maior beneficiado pelo orçamento que tem nosso Estado, é a sociedade, mas, infelizmente, tem sido destinado para situações que não são prioritárias, colocando o interesse político e eleitoral, como ser prioridade em detrimento da sociedade. Parabéns pela iniciativa do seu discurso e conte com nosso apoio.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. Obrigado pelos apartes dos Senhores Deputados Mecias de Jesus e Soldado Sampaio. Talvez esses momentos que temos vivido dentro da Assembleia Legislativa do Estado, sejam em função da nossa pouca idade como Estado. Vivemos um longo período sob a tutela da União como território, criamos nossas instituições com dificuldades, instalarmos Assembleia Legislativa há poucos anos, assim como o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, enfim, e essa pouca idade faz com que muitos pecados que deveriam ter sido expurgados, permaneçam nos assombrando. Vossa Excelência é novo nesta Casa e, sem dúvida alguma, Deputado Sampaio, é uma grata surpresa. Vossa Excelência é um homem trabalhador e tem demonstrado que faz seu mandato nesta Casa com muita responsabilidade. Tenho certeza de que a sociedade de Roraima reconhece seu trabalho como um Parlamentar que valoriza a Assembleia e, com certeza, seus eleitores se orgulham de tê-lo colocado nesta Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som** – Quando se coloca um nome em uma discussão, ele tem que passar pelo crivo desta Assembleia. Neste ponto quero lhe parabenizar, e acho que o Barac é uma pessoa que contribuiu muito para este Estado. Não tenho dúvida de que Vossa Excelência também o conhece. O momento de hoje seria mais para que nós púdessemos nos unir em prol de um futuro melhor para o Estado. Ano que vem é um ano de eleição, e eu não tenho dúvida de que o nome do Barac Bento é um bom nome. Acho que a família Bento tem o apoio necessário da família roraimense, isso é comprovado através dos vários cargos ocupados por essa família Bento. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio**, continua – Obrigado, Senhor Deputado. Encerro o meu pronunciamento.

O Senhor Deputado Coronel Chagas - Senhora Presidente, caros Parlamentares, servidores desta Casa, a todos o nosso bom dia. Ocupo a tribuna para, inicialmente, parabenizar a ação do Governo do Estado em mandar para esta Casa o Projeto de Lei Complementar 017, de 8 de novembro de 2013, que dispõe sobre alterações na Lei Complementar número 055 de 31 de dezembro de 2001, Lei Orgânica da Polícia Civil.

Este Projeto de Lei vem atender anseios de mais de 5 anos de 9 carreiras da Polícia Civil, porque, em 2008, o Governo do Estado mandou para esta Casa Projeto de Lei, que atendeu apenas as remunerações dos Delegados, mas não as demais carreiras da Polícia Civil. Agora, depois de muitas negociações, este Projeto de Lei chega a esta Casa e vai fazer justiça aos agentes, escrivães e peritos, enfim, a todas carreiras que “carregam” a Polícia Civil nas costas, que fazem a polícia do Estado de Roraima ser considerada senão a melhor, mas uma das melhores. Nós poderemos citar inúmeros dados estatísticos que comprovam isso. Por exemplo, a questão da elucidação de homicídios no Estado chega a mais de 80%, enquanto que em Estados mais avançados do País esses dados não chegam a 10% dos homicídios ocorridos. Portanto, nós temos uma Polícia Civil muito bem preparada, que está atuando dentro de sua missão constitucional, fazendo frente às demais que surgem. Entretanto, tenho um contraponto a fazer, Deputado Sampaio. Esse é também o anseio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros há mais de 7 anos: a transformação da remuneração em subsídio. Eu vejo, inclusive neste plenário, companheiro da Polícia Civil, ex-Policial Civil, que sabe bem sobre o que estamos falando. Em 2007, Deputado Sampaio, Vossa Excelência era presidente da Associação da APBM, sabe disso. Um Policial Militar, em início de carreira, recebia R\$ 1.497,00, brutos. Um Policial Civil, em início de carreira, recebia R\$ 1.493,00. Eram salários idênticos para profissionais do nível médio da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Isso no final de 2007. Decorridos cinco anos, em razão de uma política de recursos equivocada, começou-se a fazer um distanciamento dessas categorias de policiais. A Polícia Civil teve os aumentos salariais a que faziam jus, mas não foi feita a mesma coisa pela Polícia Militar. Hoje, um Policial Civil recebe em torno de R\$ 3.300,00, se não me engano, acrescido o auxílio-alimentação de R\$ 500,00, chega a R\$ 3.800,00. Posso estar equivocado, um pouquinho a mais, um pouquinho a menos. E um Policial Militar, atualmente, em início de carreira, recebe R\$ 2.400,00. Então, profissionais do mesmo nível, da mesma área da Segurança Pública, já têm uma discrepância de mais de R\$ 1.300,00 no salário, Deputada Aurelina. Isso não é bom. Em 2008, quando começou a se estender, aumentar a diferença, Deputado Ivo Som, nós tivemos como consequência no início de 2009, a greve da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Trago essa preocupação, ao mesmo tempo em que parabeno o Governo por enviar o Projeto de Lei para esta Casa, que já foi nomeou uma comissão especial, da qual sou Presidente, e Deputado Xingu, o relator. Faz-se justiça mais uma vez e se atende a reivindicação das nove carreiras da Polícia Civil, porque os delegados puxaram logo para eles, como diz o ditado: a farinha é pouca, meu pirão primeiro. Eles fizeram o deles. Finalmente, o Governo atende a reivindicação da Polícia Civil, mas dos Policiais Militares não. Ou melhor, o projeto está pronto, mas não vem para esta Casa. Será que vão esperar a insatisfação chegar aos quartéis, Deputado Sampaio? Então, trago estes dados para fazer um apelo ao Governo do Estado: para que caminhe urgentemente a esta Casa o Projeto de Lei que transforma a remuneração dos militares PMs e Bombeiros em subsídios. O mesmo patamar de vencimento se deve dar a toda a categoria da Segurança Pública, tem que haver um tratamento isonômico porque não se pode tratar de forma diferente quem é igual. Tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros prestam um grande serviço. Então, esse é o apelo, Deputado Ivo, que eu faço à equipe do Governo. À Deputada Aurelina também. É muito justo o que se está propondo para a Polícia Civil. Eu apoio. Eu sou Presidente da Comissão e vou procurar dar celeridade a isso aqui. Mas se nós aprovarmos e não fizermos concomitantemente o mesmo à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros, vamos criar uma diferença ainda maior. Hoje já há uma insatisfação na tropa. Eu fui comandante daquela instituição. Deputado Soldado Sampaio foi Policial Militar lá também e conhece bem isso. Essa insatisfação já existe e vai aumentar ainda mais, caso não façamos de forma concomitante. A diferença será mais de 100% do início da carreira. Eu estou falando só do início da carreira, porque nas outras classes a diferença aumenta mais ainda.

Então, eu concedo um aparte ao Deputado Ivo Som e logo em seguida à nossa Presidente, Deputada Aurelina, e posteriormente, ao Deputado Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som** – Deputado Chagas, quero lhe parabenizar pela fala. Agora há pouco já tentei falar com o Sérgio Pillon, da Casa Civil. Ele deve estar viajando de hoje para amanhã, mas já marquei com ele agora à tarde. Vossa Excelência não tenha dúvida de que ao sair daqui já vou tentar falar com o Governador a respeito desse projeto e tentar fazer da melhor forma possível esse diálogo, para que haja entendimento. Até porque, Vossa Excelência colocou com toda propriedade o que pode haver na aprovação desse projeto. Estou resolvendo, pois estou à frente da liderança do Governo neste momento, e não tenho dúvidas de que vamos escolher o melhor caminho entre o executivo e o legislativo, a respeito desse projeto e do projeto da Polícia Civil e da Polícia Militar. Não tenho

dúvidas de que ao terminar esta Sessão vou me dirigir ao Palácio, tentar falar com o Sérgio Pillon e imediatamente ir ao encontro do Senhor Governador para tratar desse assunto. Inclusive, se Vossa Excelência me permitir, gostaria que fosse comigo para que pudéssemos resolver. Vossa Excelência é a pessoa mais legitimada para falar dessas corporações da segurança, pois já a comandou. Há também tem o Deputado Soldado Sampaio, conhecedor justamente do que mais precisamos a Polícia Militar e a Polícia Civil. Enfim, dizer que Vossa Excelência tem o meu apoio para que possamos juntos resolver esse entrave. Muito obrigado e podem contar conosco.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. – Obrigado, Deputado Ivo. Com certeza sua participação nesse processo é importante, porque é interessante que a mesma comissão analise as situações em que estão as categorias de modo que faça justiça e busque o tratamento isonômico. Concedo um aparte à Deputada Aurelina.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu quero fazer minhas as suas palavras com relação ao Plano de Cargos e a importância da Polícia Civil. Há necessidade de se ajustar a política salarial do Estado de Roraima. Há necessidade de ter um tratamento igual para todas as áreas da segurança pública. Tenho uma preocupação imensa com esta Casa. Aqui, a gente tem assistido todos os dias uma caminhada constante de várias categorias de servidores públicos, na esperança e na expectativa de que nós temos o poder e a competência para resolver as questões. Não é fácil para nós. É dessa forma que se cogita lá fora que o Legislativo não resolve nada. Primeiro, porque não temos competência legal como legisladores para igualar salários ou para criar despesas, para definir quem ganha mais ou quem ganha menos ou para apresentar leis com esse objetivo. Nós recebemos os Projetos do Executivo e a nossa função é analisar esses projetos. E aí me preocupa. Nós temos aqui de dezembro do ano passado, um Plano de Cargos da ADERR, que se não foi aprovado não vamos mais poder vender um quilo sequer de carne para o Estado do Amazonas. Nós temos aqui, há dois anos esperando, o Plano de Cargos da Saúde, segundo o qual, enfermeiro ganha R\$ 2.200,00 e auxiliar de enfermagem ganha R\$ 1.000,00. Uma categoria que está aqui todos os dias marcando a data para entrar em greve. Nós temos os engenheiros, os médicos-veterinários estampados na imprensa afirmando que entrarão em greve em seguida. Isso porque em 2007, numa luta que eu ainda participei ativamente, conseguimos, por força de lei federal garantir um piso salarial a esses servidores para que eles pudessem ter um salário diferenciado. Deixamos para trás economistas, administradores e todos os outros servidores de nível superior. Agora, a proposta aqui em nossas mãos, as pessoas olhando para nós e a gente se sentindo pequenininho, sem poder de decisão, sem saber o que fazer diante de cada uma das categorias funcionais tão importantes para este Estado. Eu queria dizer que temos feito gestões e vamos continuar fazendo. Nós temos até final de dezembro para decidir essas questões e conseguir equalizar de alguma forma a questão salarial dos servidores públicos. Nós votamos, mas sem poder de decidir o nível de salário ou que categoria vem primeiro. A gente está para fazer um sorteio aqui, para definir qual é mais prioritário. E isso me deixa profundamente angustiada, como legisladora, como pessoa que ajuda a decidir essa questão.

Então, eu queria me juntar a Vossa Excelência. Dizer que reconhecemos a importância da PM, do Corpo de Bombeiros, os Policiais Civis, dos engenheiros, da saúde, não só destes, mas de outros servidores da Secretaria de Administração e de outros lugares. Eu olho para cada um de nós e cada um olha para nós e pergunta de forma muda o que vamos fazer? Qual o caminho a seguir? Eu estou dizendo isso para que a sociedade saiba o nível de responsabilidade e o nível de competência legal dos Deputados, com relação à questão salarial. E me preocupa, Deputado Flamarion. Nós vamos ter que fazer essas contas para ver, dentro do limite, o que é possível se gastar com o pessoal. Ou a gente procura equalizar, ou uns vão ficar dentro e outros. E nas nossas costas isso pesa muito. Deputado Chagas, eu sei que o Senhor está falando da Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros, mas a nossa preocupação é com todas as categorias. Minha fala é para olhar para cada um e dizer que nós temos uma responsabilidade imensa com tudo isso. Eu não sei onde nós vamos buscar a solução para tudo isso. Obrigado, Deputado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. – Obrigado, Deputada Aurelina, muito importante a sua experiência nesta Casa, sabe o que está falando. Concedo agora um aparte ao Deputado Soldado Sampaio. Logo após, com a benevolência da Mesa, ao Deputado Flamarion Portela.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado Chagas. Parabéns pelo seu pronunciamento. Quero ser breve, mesmo tamanha a relevância do tema, que é servidores públicos da Polícia Militar e Bombeiro Militar, dos quais somos oriundos. Estamos nesta Casa para defender a sociedade, mas também temos um claro compromisso com essas duas categorias. Preocupa-me e já faço um apelo à base governista em buscar um entendimento junto ao Executivo para que este não cometa outra política equivocada de reajuste salarial, pois foi um

desastre em 2009 e 2010. A forma como o Governo do Estado gerencia e joga para esta Casa nos deixa sem poder fazer muita coisa, como aumentar salários, criar despesas, mesmo que tenhamos boa vontade. As conversas se dão dentro do Executivo nesse momento de construção de propostas. A proposta dos Procuradores foi construída dentro do Executivo, veio para cá, nós avaliamos e foi adiada para 2015; dos Defensores também foi de maneira parcelada e de outros servidores, que não foram atendidos de imediato, mas foi dado de maneira gradativa. Na própria Polícia Civil há dois pesos e duas medidas: para os agentes, a progressão é dada de maneira parcelada, para os Delegados é tudo de imediato, inclusive tem uma proposta de suprimir as escalas de progressões dos Delegados, de modo que todos já seriam do maior posto da carreira. Parece-me que o Governo do Estado não está tendo equilíbrio, maturidade política de olhar para todos os servidores. É justo que a Polícia Civil ganhe bem, assim como que a Polícia Militar tenha uma remuneração digna. O Deputado Chagas foi muito feliz: no início da carreira das corporações era equipe de igualdade, os agentes avançaram um pouco, mas a Polícia Militar ficou, eu nem digo que a Polícia Civil avançou, nós é que fomos deixados para trás. É um preço muito caro pago pelo governo, ainda bem que essas duas categorias têm força política nesta Casa. Espero que essa lei de remuneração seja encaminhada a esta Casa e seja feita justiça, que possamos buscar um equilíbrio dentro da remuneração dos policiais civis e militares ainda este ano. Há muitos interessados em ser o padrinho da criança, não quero nem entrar nessa briga, eu quero é que chegue a lei de remuneração e o comando da Polícia Militar tenha o maior dividendo possível como interlocutor, assim como o comando de bombeiros e Vossa Excelência tire o maior dividendo político, o que é justo, foi que Vossa Excelência faz parte da base governista. Deputado Ivo Som pode nos ajudar, e eu aqui de maneira tímida com um votinho, dois ou três também vou dar minha contribuição. É preciso que tenha esse canal de conversa com o Executivo, olharmos no geral, ver o que temos em caixa e ver o que podemos contemplar dos servidores que estão sendo injustiçados como a Polícia Militar, os servidores da saúde. É preciso fazer justiça este ano para que, a partir do ano que vem, essas pessoas tenham dignidade nas suas vidas. Obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas continua – É exatamente isso, Deputado Soldado Sampaio. Nós queremos nivelamento por cima, queremos a isonomia dentro de cada área de atuação do governo, não se pode ter um auxiliar de enfermagem ganhando o dobro de quem possui o curso de enfermagem. São coisas que realmente nos deixam curiosos, preocupados. Isso leva à insatisfação e um servidor insatisfeito tende a não render no atendimento ao cidadão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidenta, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Coronel Chagas, louvo o pronunciamento de Vossa Excelência e queria contribuir da seguinte forma. Está aqui em minhas mãos o projeto de lei, que mais recentemente foi encaminhado à Assembleia, faz alteração no IPER. Todos os diretores, inclusive o Presidente, deveriam ter nível superior, porém estão tirando de todo mundo, bastando ter experiência administrativa. Quer dizer, é um retrocesso muito grande, mas vou aqui aos planos. Recentemente recebemos a Polícia Civil e Vossa Excelência conhece bem. O Governador foi lá, fez uma reunião com eles, prometeu o plano de cargos e salários, a Deputada Aurelina sabe disso, porque envolve os agrônomos. Esse plano até hoje não chegou aqui e eles entrarão em greve amanhã. Tivemos o encontro do governador na universidade, onde prometeu um novo plano de cargos, salários e carreira para a Universidade Estadual, mas o plano aqui não chegou.

Com relação à saúde, Vossa Excelência sabe também, vai completar agora no final do mês dois anos e meio que estamos esperando o plano de cargos, salário e carreira da saúde e aqui não chega anteriormente a isso, já esperávamos o da PM, que até agora não chegou. O que se percebe, Deputada, é que quando há um interesse ou uma força maior, a coisa é feita da noite para o dia, em uma semana está aqui, mas quando não tem, empurra para a administração. A administração empurra para o planejamento, que empurra para o gabinete civil e nunca chega aqui. Então, louvo o pronunciamento de Vossa Excelência, porque está lutando pelos seus, por ter se dedicado tanto tempo a essa corporação. É questão de justiça e a justiça faz bem ao nosso espírito. Eles realmente precisam ter uma nova visão de controle administrativo, uma nova visão salarial, perspectiva de progresso, ou seja, algo que regulamente a funcionalidade dessa corporação tão valorosa.

E para encerrar, ontem com o Coronel Waney, conversando comigo, o seguinte: “Deputado, quando a coisa aperta, nós só temos a PM para nos salvar, foi esse exemplo recente da penitenciária”. Gente, na hora do aperto contam com a PM, mas na hora do reconhecimento, esquecem? Não é justo, nada contra aumento para a Polícia Civil, não é a isso que eu estou me referindo, mas não se pode focar a Civil e esquecer a Militar e os Bombeiros. Eles são irmãos siameses que devem trabalhar de forma uníssona

com o mesmo propósito de garantir a segurança da sociedade roraimense. Portanto, louvores ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. Muito obrigado, Deputado Flamarion Portela, o Senhor conseguiu resumir de forma bem clara e objetiva o sentimento não só dos servidores da PM e dos Bombeiros, mas de todos os servidores. O desejo de se ter uma política de gestão de pessoas que olhe todos esses critérios para dar isonomia a cada um dentro da sua área de atuação.

Peço à equipe técnica que inclua os apartes dos colegas, porque todos contribuíram, de forma inequívoca, ao nosso pronunciamento.

Quero encerrar destacando mais uma vez o nosso apelo à liderança do governo, ao Governo do Estado para que encaminhe a esta Casa o projeto de Lei que transforma a remuneração dos militares do Estado em subsídio e dê isonomia para os profissionais da segurança pública de forma a se fazer justiça e termos uma classe policial cada vez mais motivada, trabalhando em defesa do cidadão roraimense.

Obrigado a todos e um bom dia. Que Deus nos ilumine e guarde. Obrigado.

O senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente e não havendo matéria para Ordem do Dia, passamos para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, convoco os Senhores Deputados membros da Comissão Especial Externa criada pela Resolução 034/13 constituída pelos Deputados: Gabriel Picanço, George Melo, Marcelo Cabral e Soldado Sampaio para, juntamente com este que vos fala, promover a reunião dessa Comissão na Sala de Reunião no alto Plenário Deputada Noêmia Bastos, às 15h. Na oportunidade sabatinaremos o Senhor Luiz Henrique Hamann, indicado pelo chefe do Poder Executivo para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Companhia Energética de Roraima.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Na semana passada, eu assisti aqui a um dia de peregrinação da Doutora Magnólia, que tem uma luta pessoal e profissional no combate ao câncer e está à frente da liga de combate ao câncer a muito tempo. Para mim, isso foi até uma lição, porque ela disse assim: “Eu passei um dia aqui, aprendi muito, pensei que os Deputados tinham poder para fazer muitas coisas, mandar dinheiro...” Eu li na folha de Boa Vista que está parado todo o serviço de diagnóstico de câncer, porque o Centro de Diagnóstico por Imagem não tem radiologista, nem o Centro de Referência da Mulher. Por conta da vinda da Doutora Magnólia aqui, eu também saí em busca de informações e quero dizer que, através da Secretaria Estadual de Saúde, outras clínicas que fazem o trabalho de mamografia atendem pelo SUS. O Estado faz esse atendimento pelo Centro de Diagnóstico por Imagem e Referência da Mulher, mas há outras clínicas particulares credenciadas pelo SUS que também fazem o diagnóstico por imagem. E isso foi interessante, porque ao mesmo tempo em que fala que não tem nada, uma pessoa veio do Rio de Janeiro em 2009 para fazer tratamento e voltou agora pelo mesmo motivo. Isso é sinal de que há um trabalho sendo desenvolvido. Nós sabemos dos danos causados pelo câncer, e por isso houve a campanha Outubro Rosa, a qual contou com o empenho da deputada Ângela, e agora tem o novembro, que é dedicado ao combate ao câncer de próstata. Há uma preocupação muito grande quanto a isso, o que esta Casa, porém quero dizer também que no Estado há a preocupação com o exame de tomografia que não tem no hospital, mas tem nas clínicas credenciadas pelo SUS. É até interessante, porque nas campanhas do Rosa e do Azul poderia ter tido um acesso maior uma vez que o objetivo da Secretaria de Saúde foi disponibilizar informações para que a população soubesse que o serviço existe. Então, quero prestar homenagem ao pessoal da UNACON, que é o serviço de combate ao câncer e tem uma equipe que trabalha com quimioterapia. A radioterapia vai ser implantada até ano que vem, por exigência da Agência Nacional da Saúde, já que o Estado tem um número determinado por eles de habitantes. Temos uma equipe dedicada a isso na UNACON, onde as pessoas são identificadas por meio da rede de atenção básica e são encaminhadas para o atendimento específico.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – eu gostaria de juntar-me a Senhora e solidarizar com a minha colega Magnólia. Eu tive a preocupação de colocar no orçamento do ano passado uma emenda, com a assinatura de todos os Deputados, destinando 200 mil reais para a Liga de Combate ao Câncer. Infelizmente, não foi liberado nenhum centavo desse valor. Como ela me procurou no final do ano não tem mais tempo, nem orçamento para liberar, eu disse a ela que a gente se comprometeria novamente em colocar uma nova emenda e, a partir de fevereiro, quando for liberado o orçamento, trabalharemos pela liberação desse recurso para que ela possa continuar desenvolvendo o trabalho que desenvolve há anos. Eu tive centenas de pacientes que foram encaminhadas para a Liga, umas já vieram de lá com diagnóstico

concluído para que desse sequência ao tratamento. Fiquei feliz quando soube da instalação do aparelho de radioterapia no próximo ano, até porque nós já temos um Estado com quase 450 mil habitantes. No tratamento do câncer, o fator psicológico é muito importante as pessoas que eram mandadas para fora do Estado ficavam sozinhas, tristes, eu acompanhei muitas vezes isso. O sucesso da radioterapia depende muito do apoio familiar, de ter o carinho não só do médico, mas das pessoas que estão próximas. Então, a instalação desse aparelho vai trazer uma tranquilidade às pessoas que hoje precisam se deslocar a outras cidades para fazer a radioterapia, quer seja Manaus, Belém ou outros lugares mais longínquos, o que causa prejuízos do ponto de vista financeiro e emocional. Normalmente o acompanhante tem que se deslocar, para de trabalhar. Quero parabenizar todos que trabalham no combate ao câncer. Aqui, nós já evoluímos a passos largos, já temos um trabalho sendo feito, temos profissionais qualificados na área de oncologia. Pois muitos filhos do Estado saíram e fizeram residência, pós-graduação e estão aqui desenvolvendo um trabalho fantástico, mas precisam desse apoio logístico, precisam dessa aparelhagem para que possam continuar desenvolvendo esse trabalho. Muito obrigado!

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente Sessão. Convoco outra para o dia 28, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 03/12/2013

ATAS COMISSÕES

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO Nº 052/13, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2013, PARA APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO.

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às onze horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões, do Plenário Caldas de Magalhães desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 052/13, que analisou as seguintes Proposições: Projeto de Lei nº 079/2013, que “Altera a Lei nº 644, de 08 de abril de 2008, que Dispõe sobre a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima-ADERR, e dá outras providências”; e Projeto de Lei nº 080/2013, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima-ADERR, e dá outras providências, **ambos de autoria do Poder Executivo**, sob a Presidência do Senhor Deputado Brito Bezerra, presentes os Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Erci de Moraes e Marcelo Cabral. Ausente o Senhor Deputado Gabriel Picanço. **ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitou à Secretaria da Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado Marcelo Cabral foi dispensada a leitura da Ata. Logo após, o Senhor Presidente Brito Bezerra colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes na Comissão. **EXPEDIENTE:** Não houve. **ORDEM DO DIA:** Prosseguindo o Senhor Presidente constatou na ordem do dia as seguintes Proposições: **Projeto de Lei nº 079/2013**, que “Altera a Lei nº 644, de 08 de abril de 2008, que Dispõe sobre a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima-ADERR, e dá outras providências”; e **Projeto de Lei nº 080/2013**, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima-ADERR, e dá outras providências”, **ambos de autoria do Poder Executivo**. Prosseguindo o Senhor Presidente solicitou à Senhora Relatora, Deputada Aurelina Medeiros, fazer a leitura dos pareceres. A Senhora Relatora antes da leitura, informou a Comissão que houve a necessidade de adequações nas Proposições acima epigrafadas, no texto do Projeto de Lei nº 079/13, ocorreram as modificações com as seguintes redações: **Modificativa** ao art. 19 da Lei nº 644 de 8 de abril de 2008, os servidores do quadro efetivo do Poder Executivo do extinto departamento de Defesa Agropecuária e Abastecimento – SEAPA, passam a integrar o quadro de pessoal e serão remanejados dentro do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR,

observado o quantitativo existente, funções e atribuições e as respectivas características inerentes aos cargos; **Modificativa** ao ANEXO III, Perfil e Atribuições Dos Cargos em Comissão da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima-ADERR. Onde se lê: Cargo Consultor Jurídico. Leia-se: Cargo de Assessor Especializado **com inscrição na OAB; Modificativa** ao ANEXO II Quadro de Cargos em Comissão da ADERR, onde se lê: CADS II Consultor Jurídico, passa a vigorar com o nome de: **CADS II Assessor Especializado**, mantendo-se quantitativo e remuneração; **Modificativa** ao ANEXO III Perfil e Atribuições dos Cargos comissionados da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR. Onde se lê: Presidente; Perfil: Médico Veterinário ou Agrônomo. Leia-se: Presidente; Perfil: Médico Veterinário, Agrônomo **ou Zootecnista; Modificativa** ao ANEXO III do CHEFE DE UNIDADE LOCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA: No ANEXO III do CHEFE DE UNIDADE LOCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA: **Texto Original:** Profissional de nível superior com formação em Medicina Veterinária, Agronomia, Engenheiro Florestal ou nível técnico agrícola de 2º grau, que deve chefiar, executar os programas, projetos e atividades relativas à saúde dos animais; realizar levantamentos, mapeamentos e monitoramento das ocorrências zoonosológicas; atender a notificações de suspeitas e ocorrências zoonosológicas, mantendo a Coordenação Agropecuária Regional informada; orientar os clientes da ADERR quanto à legislação específica e aos serviços prestados pela agência; executar as atividades de fiscalização obrigatória dos rebanhos; controlar a entrada, trânsito e comércio intra e interestadual de animais, seus produtos e subprodutos de origem animal; lavrando autos de infração, aplicar multas e sanções dos infratores das normas previstas na legislação sanitária animal. **Texto Sugerido:** Profissional de nível superior com formação em Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia, Engenheiro Florestal ou nível técnico agrícola de 2º grau, que deve chefiar, executar os programas, projetos e atividades relativas à saúde dos animais; realizar levantamentos, mapeamentos e monitoramento das ocorrências zoonosológicas; atender a notificações de suspeitas e ocorrências zoonosológicas, mantendo a Coordenação Agropecuária Regional informada; orientar os clientes da ADERR quanto à legislação específica e aos serviços prestados pela agência; executar as atividades de fiscalização obrigatória dos rebanhos; controlar a entrada, trânsito e comércio intra e interestadual de animais, seus produtos e subprodutos de origem animal; lavrando autos de infração, aplicar multas e sanções dos infratores das normas previstas na legislação sanitária animal; **Modificativa** no ANEXO III, Perfil e Atribuições dos Cargos Comissionados da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR: **Leia-se:** Cargo de Procurador Jurídico; Perfil: Profissional de Nível Superior, com formação em Direito, **com inscrição na OAB/RR; Modificativa** o §3º do art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação: - Pelo menos **70% (setenta por cento)** dos cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR; **Supressiva** suprimindo o organograma ANEXO I Cargo Consultor Jurídico; **Aditiva** aditando no Organograma ANEXO I Cargo Assessor Especializado; No texto do Projeto de Lei nº 080/13, ocorreram as modificações com as seguintes redações: **Modificativa** as Tabelas II e III do PCCR passa a vigorar de acordo com as presentes tabelas.

CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO

CARGO	PADRÃO/REFERÊNCIA INICIAL	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Técnico de Laboratório em Análise Clínica	I-A	01	1.701,81	1.701,81
Técnico em Agropecuária	I-A	84	1.701,81	142.952,04
Técnico em Mecânica	I-A	01	1.701,81	1.701,81
Técnico em Contabilidade	I-A	01	1.701,81	1.701,81
TOTAL		87	6.807,24	148.057,47

TABELA III
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO	PADRÃO/REFERÊNCIA INICIAL	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Almoxarife	I-A	01	1.250,81	1.250,81
Assistente Administrativo	I-A	59	1.250,81	73.797,79
Assistente de Laboratório	I-A	02	1.250,81	3.752,43

TOTAL		62	3.752,43	78.801,03
-------	--	----	----------	-----------

Modificativa o Anexo I Tabela II, Cargo Técnico em Contabilidade passa a vigorar com a seguinte redação: Executar e auxiliar a execução de tarefas e trabalhos relacionados com as atividades administrativas voltadas às finanças, contabilidade pública, planejamento e controle interno, respeitadas formação, legislação profissional e regulamentos do serviço, assinatura de demonstrativos contábeis, conciliações bancárias, controle e anulação de empenhos e escrituração contábeis; **Modificativa** o Anexo I, Tabela I, Cargo Contador passa a vigorar com a seguinte redação: **Desenvolver as atividades de planejamento, supervisão, coordenação e execução relativas à administração orçamentária, financeira, patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise, registro, perícia, laudos contábeis, conciliações bancárias, controles e anulações de empenhos, emissões de ordens bancárias, relatórios específicos contábeis, escriturações contábeis, emissões de pareceres e assinatura dos demonstrativos tais como: balancetes, balanços e todos os demonstrativos contábeis vigentes em lei;**

Modificativa

ANEXO III

QUADRO DEMONSTRATIVO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL EM

NÍVEL E EM

CLASSES DOS SERVIDORES EFETIVOS DA ADERR

TABELA DO NÍVEL SUPERIOR ATIVIDADE FIM					
Eng. Agrônomo, Médicos veterinários, Engenheiro Florestal, Farmacêutico Bioquímico, Fiscal Agropecuário Eng. Agrônomo e Fiscal agropecuário médico veterinário					
PADRÃO CLASSE	I	II	III	IV	V
A	3.847,04	3.923,98	4.002,46	4.082,51	4.164,16
B	4.247,44	4.247,44	4.247,44	4.247,44	4.247,44
C	4.332,39	4.419,04	4.507,42	4.597,57	4.689,52
D	4.783,31	4.878,98	4.976,56	5.076,09	5.177,61

TABELA DO NÍVEL SUPERIOR ATIVIDADE MEIO					
Administrador, Analista de comunicação social, Analista de recursos humanos, Analista de sistemas, Contador, Economista, Pedagogo, Secretário Executivo-Bílingue					
PADRÃO CLASSE	I	II	III	IV	V
A	3.042,67	3.103,52	3.165,59	3.228,91	3.293,48
B	3.359,35	3.359,35	3.359,35	3.359,35	3.359,35
C	3.426,54	3.495,07	3.564,97	3.636,27	3.709,00
D	3.783,18	3.858,84	3.936,02	4.014,74	4.095,03

Modificativa ao Anexo I, Tabela I – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

CARGO	PADRÃO DE REFERÊNCIA INICIAL	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Administrador	I-A	02	3.042,67	6.085,34
Analista de Comunicação Social	I-A	01	3.042,67	3.042,67
Analista de Recursos Humanos	I-A	02	3.042,67	6.085,34
Analista de Sistemas	I-A	02	3.042,67	6.085,34
Contador	I-A	02	3.042,67	6.085,34
Economista	I-A	01	3.042,67	3.042,67
Engenheiro Agrônomo	I-A	17	3.847,04	65.399,65
Engenheiro Florestal	I-A	02	3.847,04	7.694,08
Farmacêutico Bioquímico	I-A	01	3.847,04	3.847,04
Médico Veterinário	I-A	12	3.847,04	46.164,48
Fiscal Médico veterinário	I-A	33	3.847,04	126.952,32
Zootecnista	I-A	04	3.847,04	15.388,16
Pedagogo	I-A	01	3.042,67	3.042,67
Secretário Executivo Bílingue	I-A	01	3.042,67	3.042,67
Fiscal Agropecuário Engenheiro Agrônomo	I-A	29	3.847,04	111.564,16
TOTAL	-	110	-	413.521,93

Aditiva adita-se ANEXO II na Tabela I, com os seguintes Cargos:

CARGO	FISCAL AGROPECUÁRIO ENGENHEIRO AGRÔNOMO	PADRÃO/REF	I-A
		NÍVEL	SUPERIOR

REQUISITOS PARA INGRESSO

ESCOLARIDADE	Curso em nível Superior, com registro profissional.
--------------	---

CURSO ESPECÍFICO	Graduado em Engenharia Agrônoma ou Agronomia.
------------------	---

ATRIBUIÇÃO GENÉRICA DO CARGO

Fiscalizar em todo o território estadual a inocuidade e a qualidade dos produtos de origem vegetal, sanidade e a saúde das populações vegetais e a segurança dos alimentos destinados aos consumidores, em consonância as regras Estadual, Nacional e Internacional, contribuindo assim para a promoção da saúde pública e a preservação do meio ambiente e outras atividades correlatas.

CARGO	FISCAL AGROPECUÁRIO MÉDICO VETERINÁRIO	PADRÃO/REF	I-A
		NÍVEL	SUPERIOR

REQUISITOS PARA INGRESSO

ESCOLARIDADE:	Curso em nível superior, com registro profissional
CURSO ESPECÍFICO:	Graduado em Medicina Veterinária

ATRIBUIÇÃO GENÉRICA DO CARGO

Fiscalizar em todo o território estadual, a inocuidade e a qualidade dos produtos de origem animal, sanidade e saúde das populações de animais segurança dos alimentos destinados aos consumidores, em consonância as regras Estadual, Nacional e Internacional, contribuindo assim para a promoção da saúde pública e outras atividades correlatas.

Aditiva Adita-se na tabela II anexo I Cargo Técnico em Agropecuária ou Técnico Agrícola;

Aditiva Adita-se ANEXO II na Tabela I, com o seguinte Cargo:

CARGO	ZOOTECNISTA	PADRÃO/REF	I-A
		NÍVEL	SUPERIOR

REQUISITOS PARA INGRESSO

ESCOLARIDADE	Nível superior com registro profissional
CURSO ESPECÍFICO	Graduado em zootecnia

ATRIBUIÇÃO GENÉRICA DO CARGO

Planejar, executar, acompanhar e controlar as atividades da administração voltadas a ciência, a saúde, ao bem estar social e produção na área de zootecnia, respeitada a formação, a Legislação profissional. Após a leitura das Emendas, foram submetidas individualmente à discussão. Discutiram os Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Erci de Moraes, Marcelo Cabral e Brito Bezerra. Após discussão, foram colocadas em votação, sendo aprovadas. Em seguida, a Senhora Relatora proferiu a leitura do parecer com as Emendas, que foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e dez minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierre, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e assinada pelo Senhor Presidente será encaminhada à publicação.

Brito Bezerra

Presidente da Comissão

